

Capítulo 9

LITERACIA NUMA VILA DO INTERIOR: TRABALHADORES FABRIS E DO PEQUENO COMÉRCIO

(Por Leonor Teixeira e Miguel Fontes)

9.1. Introdução: construção da problemática

O objectivo central desta pesquisa foi o de proceder a uma análise das competências transversais da literacia contemporânea, num contexto socio-cultural particular – Unhais da Serra – com o intuito de, por um lado, perceber a situação de literacia/iliteracia da população local e, por outro lado, compreender, a partir do desenvolvimento de um estudo de natureza qualitativa e de observação, a par da aplicação de um inquérito, as razões, causas e lógicas sociais desta situação¹.

Interessa explicitar de alguma forma o “centro de gravidade” desta pesquisa, apontando para a delimitação do seu objecto de estudo, e que procuraremos desmontar em três esclarecimentos fundamentais. Em primeiro lugar, afirmando um pressuposto essencial de que partimos e que se concretiza na assunção de que estamos a abordar apenas um tipo de manifestação da literacia: a sua expressão na relação com o material escrito. Em segundo lugar, especificando o nosso objecto de estudo: pretende-se analisar a capacidade de lidar com material impresso de três tipos – prosa, documentos e quantitativo –, entendendo-se essa mesma capacidade como condição básica da autonomia de qualquer cidadão na sociedade actual. Em terceiro e último lugar, apresentar, algo esquematicamente, a questão central da pesquisa: trata-se de apreender as relações e usos das competências (de escrita, leitura e cálculo) mobilizadas nessa relação com o material escrito, nos domínios que compõem uma comunidade, os quais constituem os denominados “contextos de uso” e que se referem aos espaços da vida profissional, social/cívica e privada.

¹ Uma versão mais desenvolvida deste trabalho encontra-se em Leonor Teixeira e Miguel Fontes, *As Competências de Literacia na Vida Quotidiana. Relações e Usos de Materiais Escritos no Quotidiano Pessoal, Profissional e Cívico de Dois Grupos Sócio-Profissionais (Operários Têxteis e Empregados ou Pequenos Proprietários de Cafés), num Contexto Particular: Unhais da Serra*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e de Empresa, 1994.

Face ao princípio analítico de que todos os processos sociais podem ser considerados como “factos sociais totais”, aos quais está implícita uma pluralidade de dimensões, temos de assumir que são múltiplas as formas possíveis de focalizar e de empreender uma leitura sociológica dos mesmos. Se, pelo esclarecimento do objecto e objectivos deste estudo, já delimitámos a dimensão que privilegiaremos – a relação com a escrita – importa enquadrá-la nos limites teóricos da abordagem que desenvolveremos, no sentido de reconverter e recobrir as questões apresentadas num problema de investigação, envolvendo-o nos contornos de uma perspectiva sociologicamente definida.

Com essa intenção, pretende-se explicitar, a partir de interrogações precisas em torno do nosso objecto, os eixos teóricos de análise, mediante os quais procuraremos discernir o sentido e os sentidos, as dinâmicas e as lógicas, que preenchem as relações com materiais escritos no contexto particular da vila de Unhais da Serra.

Conscientes da multiplicidade de contextos e de competências que envolve a expressão das relações com a literacia, surge-nos como fundamental uma interrogação: até que ponto não se trata de um problema de literacia/iliteracia comunitário? Isto é, dado o cruzamento de vectores culturais diferenciados nessa mesma relação, que explicação podemos associar aos processos que envolvem estruturas e práticas culturais numa mesma comunidade? Em que medida a especificidade cultural de uma comunidade torna inteligíveis as relações e usos de material escrito? Que sentido lhes atribui, e que sentidos lhes são atribuídos? E, tendo em atenção o facto de a nossa pesquisa visar uma população na qual se reconhecem traços da denominada “cultura popular”, que particularidades as características da sua vivência reservam à estruturação das práticas e relações com a literacia? Que relação desenvolve com a “cultura letrada”?

Princípio primeiro e central, orientador da construção teórica: à pretensão de procurar compreender qualitativamente as relações que são estabelecidas, nos domínios da vida quotidiana, com materiais escritos, subjaz claramente a hipótese de que as práticas de apropriação aí desenvolvidas se desenrolam de modo distinto, em diferentes contextos sociais: sendo que a “variável” considerada, nesta perspectiva, será o domínio e o grau de familiaridade e interiorização das práticas de comunicação escrita.

De facto, parece-nos, à partida, face às pistas já lançadas na abordagem que temos vindo a desenvolver, coerente a ideia de que o domínio da escrita,

o hábito e frequência quotidianos das práticas a ela associadas, o grau de socialização escrita familiar, escolar e profissional, preenchem diversamente as relações que os grupos sociais mantêm com a escrita e, por conseguinte, modelam diferentes apreensões da realidade. Como não podia deixar de ser, a expressão dessas relações com a literacia está carregada de significados, de sentidos, que remetem para a ordem social mais geral, onde são, na linguagem sociológica, simultaneamente estruturadas e estruturantes.

A afirmação desta hipótese encontra um esclarecido suporte argumentativo na obra de Jack Goody sobre as consequências da introdução da escrita nos modos de comunicação e de produção do conhecimento². Avançando que os modos de comunicação utilizados na transmissão do conhecimento têm efeitos não apenas no conteúdo do que é transmitido mas também nas operações cognitivas que conduzem à formulação desse conhecimento, este autor esclarece que, por esta perspectiva, o domínio da escrita possibilitará a acumulação e a sistematização do conhecimento, favorecendo as capacidades de generalizar e abstrair, permitindo a construção e transmissão de uma “cultura letrada”: “uma forma erudita de entender a realidade, cultura teorizada, secular e científica, feita de um saber independente dos contextos e experiências vivenciais, e com carácter uno e universal”³. Inversamente, nos grupos sociais onde se denota a ausência ou menor domínio da escrita, estabelece-se um conjunto de vias alternativas orais, como meio de construção e transmissão de um saber local.

Considerando esta ideia de que o conjunto das práticas sociais se organiza através das práticas de escrita – e da forma como se expressa a sua presença – Bernard Lahire⁴ debruça-se sobre os contornos que esta generalização – que denomina de “processo de escrituralização das formas sociais” – assume enquanto constitutiva de uma organização particular das relações de dominação cultural.

Efectivamente, como argumentava Jack Goody, a escrita não é um mero fixador, um simples registador da “palavra”: as práticas de escrita, pelas trans-

² Jack Goody, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (ed. orig. 1977).

³ Amélia Frazão-Moreira, «A construção doméstica do saber local», *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, p. 59.

⁴ Bernard Lahire, *Culture Écrite et Inégalités Scolaires. Sociologie de «L'Échec Scolaire» a L'École Primaire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1991.

formações revolucionárias que a introdução da escrita proporcionou no domínio do armazenamento e comunicação do pensamento, e pelas mudanças qualitativas daí decorrentes, participam de uma conversão da relação com a língua e o mundo. Isto é, qualquer que seja a relação que as comunidades mantêm com as diferentes formas de práticas de escrita, qualquer que seja o grau de apropriação da escrita e, mais precisamente, dos diversos saberes escritos, todos nos encontramos rodeados e envolvidos, quer queiramos quer não queiramos, por práticas de escrita e, a partir da generalização das múltiplas formas que estas assumem, as relações sociais ganham novos sentidos, novas oposições tornaram-se significantes.

A produção social do discurso sobre o “popular” e o “oral”, cimentando o princípio de distinção entre “cultos” e “ignorantes”, é bem representativa da constituição de novas relações de dominação cultural e política, fundadas nas diferenças, como formula Lahire, entre “formas sociais orais” e “formas sociais escriturais”. Esta denominação é utilizada no sentido de demarcar uma série de diferenças de conteúdo conceptual relativamente aos pressupostos clássicos sobre o “oral” e o “escrito”: permite acentuar a ideia de que constituem práticas com particularidades próprias e, portanto, constitutivas de formas específicas de relações sociais. Isto não significa, no entanto, que correspondam a dois domínios fechados. Como esclarece Lahire “(...) coisas ditas podem muito bem ser produto de formas sociais escriturais – nos objectos que constroem, nos modos de raciocínio que põem em prática, no tipo de enunciados que implicam, na relação com a linguagem e, mais genericamente, na relação com o mundo e com os outros que as caracterizam”⁵.

É, então, no seio deste prisma das relações de dominação que são construídas socialmente as “culturas populares”, as “tradições populares” ou os “saberes populares”, e que se produzem os discursos pedagógicos sobre a necessidade de educar a “ignorância” do “povo”. É neste sentido, no sentido pedagógico da escolarização das relações sociais e, portanto, da escrituralização dos saberes e das práticas, que se produzem diferenças sociais.

Interessa, por isso, compreender o significado e os contornos deste processo de construção social de diferenças e desigualdades sociais. Mais concretamente: a generalização das formas sociais escriturais nos múltiplos campos

⁵ Bernard Lahire, *op. cit.*, pp. 14-15.

de práticas implica encarar a forma escolar como uma forma social escritural marcada, precisamente, por práticas de escrita e supondo a constituição de saberes escriturais a diferentes níveis. Assumindo esta realidade, torna-se importante reflectir o problema da relação dos grupos sociais com a socialização escritural escolar. Aqui reconhece-se a pertinência de focalizar, de alguma forma, esta problemática nos contornos da análise sociológica que aponta e interpreta os condicionalismos firmados na escola e nos processos reprodutivos de desigualdades sociais: condicionalismos concretos que acompanham os processos relacionais implícitos no fenómeno da literacia e que, de alguma forma, marcam o ritmo da sua expressão e evolução.

É reconhecido o papel central da cultura escrita na produção das diferenças escolares. A análise sociológica da desigualdade social na escola, apoiada não só em resultados estatísticos mas também na observação das práticas e produções escolares, assim como nos processos efectivos do insucesso escolar, tem denunciado algumas questões centrais, apontando pistas para a compreensão, por um lado, do significado do insucesso e sucesso escolar, por outro lado, das causas e explicações da existência de diferenças, a este nível, entre alunos oriundos de classes sociais diferentes, e, ainda, do significado das dificuldades dos alunos oriundos das classes populares nas práticas escolares da linguagem. E, neste sentido, interroga-se um aspecto central da escola: as suas ligações múltiplas e complexas com as culturas escritas, expressas, nomeadamente, na natureza escrita dos saberes que transmite e nos processos de codificação escrita de que participa. Sendo que é a partir daqui que se torna possível estender essa interrogação da relação existente entre as dificuldades escolares e as configurações das culturas escritas, procurando-se reflectir sobre a relação que os alunos provenientes de diferentes grupos sociais estabelecem com as formas escolares de aprendizagem.

Desta reflexão sociológica emerge uma constatação fundamental: se o modo de socialização escolar é, como vimos, indissociável da natureza escritural dos saberes que transmite, isto é, se a formalidade dos saberes e as formas de relações sociais no seio das quais eles são transmitidos estão profundamente ligadas, então, a forma escolar de aprendizagem opõe-se, desde logo, à aprendizagem no seio das formas sociais orais onde, na prática, não se recorre à escrita e à sistematização e formalização que lhe são inerentes.

De facto, como ilustra Amélia Frazão-Moreira, num estudo sobre a construção doméstica do saber local, a aprendizagem pela oralidade, onde se

transmitem procedimentos técnicos necessários, normas e princípios morais, e através da qual se acumulam e preservam conhecimentos, realiza-se “de uma forma contextualizada e em estreita ligação com a acção, ocorrendo em situações precisas”; “trata-se de um processo pragmático, coincidente com uma utilidade prática”, onde “a imitação e a repetição são mecanismos essenciais”⁶.

A partir daqui, na medida em que, como nos elucidou Lahire, as disposições constituídas no seio das formas sociais escriturais são reconhecidas enquanto condição fundamental, numa pluralidade de situações e universos sociais que compõem a realidade social, podemos perceber como os diferentes grupos sociais se distinguem pelos contornos da respectiva socialização dessas formas sociais escriturais. E, por isso, a escola como instituição na qual se jogam formas de relações sociais escrituralizadas, marcadas por um enorme trabalho de objectivação e codificação é, ao mesmo tempo, lugar de aprendizagem das formas de exercício do poder: nesta modalidade de distinção contemporânea, feita na base do grau de “objectivação” da cultura de uns e de outros, o sucesso da passagem pelo modo de socialização escolar é uma condição de acesso a posições dominantes nos variados universos sociais.

A clara dessintonia entre a “cultura letrada” que a escola postula e a cultura oral faz emergir duas questões fundamentais sobre a relação com a escola, no que respeita à penalização a que as classes populares aí estão sujeitas. Em primeiro lugar, a relação que estabelecem com a escola é deveras problemática. Porque vários factores se conjugam para que numa grande parte dos casos seja uma relação falhada, na medida em que a escola emerge como um contexto estrutural de acção e socialização contrastante com os contextos populares, tendendo a produzir um processo de selecção precoce e cumulativa, de desvalorização e desajustamento de cultural, de abandono e marginalização. Em segundo lugar, e por consequência, o investimento que estes grupos sociais mobilizam para a escola é marcado, acima de tudo, por uma lógica constrangedoramente contraditória: se, por um lado, apercebem a pressão social que faz do “diploma” uma condição de acesso a múltiplos universos, ainda que não constitua uma garantia, por outro lado confrontam-se com o dilema de investir num processo de aprendizagem penalizador dos padrões locais populares de conduta e socialização, que os supera e que não dominam.

⁶ Amélia Frazão-Moreira, *op. cit.*, p. 62.

Em função destes dois grandes problemas – insucesso massivo de alunos oriundos de meios populares e contradições relativamente à posse de títulos –, a escola tem vindo a sofrer, no espaço das culturas populares orais, um processo de quebra da sua legitimação, que traduz, segundo Augusto Santos Silva, os contrastes e desigualdades da relação dos padrões de conduta populares com a cultura letrada: “As reservas à escola actual, traçadas por adultos que passaram, décadas atrás, por níveis mais baixos de escolarização e certificação, em nome da depreciação do valor do ensino e das habilitações, comparativamente com o que eles próprios antes conheceram, estendem-se com frequência aos modelos culturais a que associam a escola”⁷.

Este distanciamento, profundamente enraizado na cultura oral, é provocado, por um lado, pelo desencontro com a natureza letrada e urbana dos padrões para que remetem os currículos escolares e, por outro lado, pela inacessibilidade de uma cultura cuja legitimidade assenta muito mais, conforme tem vindo a reflectir Bourdieu, na socialização informal familiar nos padrões de cultura erudita, do que propriamente na sua transmissão através da escola. Por isso, nesta lógica, se acentua a distância das culturas populares face à cultura letrada. Nas palavras de Augusto Santos Silva, “trata-se, sobretudo, de uma diferença social, no sentido global da palavra. Uma diferença absoluta, tendencialmente infinita, não entre quantidades desiguais do mesmo tipo de recursos mas entre qualidades incomunicáveis de disposições e competências, às menos valorizadas das quais é negada, hetero e autonegada, qualquer qualidade – ao passo que as outras parecem indefiníveis, tão eficientes quanto imprecisas, ‘gratuitas’ e inapreensíveis”⁸.

Torna-se, então, incontornável a necessidade de dispensarmos alguma atenção ao modo como as culturas populares têm sido vistas e abordadas na produção sociológica e antropológica.

A este propósito surge como fundamental o contributo de dois autores: Claude Grignon e Jean-Claude Passeron. Numa obra fundamental sobre o tema⁹, travam um diálogo onde, para lá de fazerem um balanço e um ponto da situação da literatura das ciências sociais relativamente às culturas popu-

⁷ Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 428.

⁸ Idem, p. 427.

⁹ Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.

lares, procuram apresentar um conjunto de propostas de orientação teórica que, tanto quanto possível, superem as tradicionais limitações que se colocam às investigações e às reflexões sobre este enorme universo social, que constitui as denominadas culturas populares.

Num esforço de resposta aos problemas enunciados na reflexão e análise em torno das culturas populares, Grignon e Passeron procuram formular uma proposta que, segundo os próprios, sem ter a pretensão de se assumir enquanto nova teoria, capaz de responder globalmente às interrogações formuladas, seja, porém, capaz de inventariar algumas pistas que desbloqueiem impasses anteriores. Assim, introduzem dois conceitos que se lhes afiguram como centrais: o de *alternância* e o de *ambivalência*.

Trata-se de uma proposta que não esconde o objectivo de um certo compromisso eclético entre a tradição do relativismo e a tradição do legitimismo. O que está em causa é a capacidade de, “descomplexadamente”, convocar uma ou outra orientação em função do que, no concreto do trabalho empírico, se apresente como mais frutuoso: “Fazer da hipótese da alternância o princípio regulador da descrição das práticas populares conduz de forma bastante fácil a protocolos de inquérito. Basta distinguir e multiplicar as ocasiões de estabelecer distinções: aqui (em tal domínio da prática, em tal subgrupo, em tal momento, em tal situação de interacção), é deste modo (autonomia simbólica); ali, é daquele outro (heteronomia simbólica). Há ‘terrenos’, ‘interacções’, ‘estratos’ das classes populares em que a prática se revela sensível aos indicadores de interiorização da legitimidade cultural: autodepreciação, vergonha cultural, denegação, imitação, compensação, etc. Há outros em que esses indicadores ficam perfeitamente mudos, em que os contadores do reconhecimento da legitimidade ficam a zero e em que, inversamente, é possível reconstruir com facilidade a coerência das práticas como se se tratasse de uma cultura autónoma, de uma cultura longínqua”¹⁰.

Conscientes, porém, de que não raras vezes se encontram práticas, discursos, simbolismos, que podem ser apreendidos e retraduzidos, indiferenciadamente, como elementos de autonomia ou de heteronomia, entendem ser fundamental acrescentar à alternância o princípio da ambivalência. Ou seja, sempre que se confrontam dois tipos de leitura da realidade, a “análise

¹⁰ Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *op. cit.*, pp. 70-71.

cultural” (que interpreta os elementos culturais a partir de uma lógica sistémica, isto é, a partir da coerência interna e autónoma do sistema) e a “análise ideológica” (análise funcionalista a partir do lugar, da função, que assumem os elementos simbólicos nas relações de dominação), estamos na presença não de partes diferentes da realidade mas de uma mesma realidade lida a partir de perspectivas diferentes. A hipótese da ambivalência significativa das realidades simbólicas obriga, pelo contrário, a admitir plenamente na análise e na interpretação esta exigência de “dupla leitura”.

Ainda que aceitando os pressupostos subjacentes ao princípio da ambivalência, tal como este é entendido e formulado por Passeron e Grignon, Augusto Santos Silva leva ainda mais longe as consequências decorrentes deste princípio. Trata-se de aceitar a ambivalência não só enquanto princípio gerador e potenciador de uma “dupla leitura” das realidades, mas também enquanto princípio de interpretação relacional: “O que é autonomia, para nós, só se define por relação com a heteronomia, a inovação por relação com a rotina, a criação face à reprodução, o interior face ao exterior, o poder face à resistência, o valor face à privação – e as frases poderiam ser agora reescritas mudando o lugar relativo dos termos, a heteronomia só se definindo face à autonomia, a rotina face à inovação, e assim sucessivamente. Sendo termos relacionais, é a relação que os define”¹¹.

Trata-se de um enunciado aparentemente muito simples mas do qual decorrem importantes implicações para o processo interpretativo. É o assumir e o explicitar que é do confronto dialéctico que os elementos ganham a sua real importância analítica.

A proposta de Passeron e de Grignon de tomar a articulação e a ambivalência como princípios reguladores das descrições e das interpretações das culturas populares, se ajudam a ultrapassar alguns dos bloqueios anteriormente referidos, não deixam, porém, de apresentar algumas fragilidades sempre difíceis, se não mesmo impossíveis, de superar totalmente.

Para Santos Silva o que está em causa é o desafio de empreender uma interpretação substantiva da cultura popular. Está, porém, consciente das dificuldades. Nas suas palavras trata-se de proceder a uma “descrição-interpretação *substantiva*, a partir do seu *interior*, dos seus próprios *termos* – mas

¹¹ Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 124-125.

sem enfeudár-se a eles, nem com eles manter uma atitude puramente mimética – dos padrões de conduta observados. (...) Análise relacional, estruturada segundo três vectores combinados: a lógica da construção social das realidades simbólicas; a lógica da distribuição desigual de recursos e poderes (...); a lógica da valoração dos recursos e da focalização das condições e modos de transformação de recursos em poderes¹².

9.2. A pesquisa no terreno: linhas de rumo

Antes de mais, interessa esclarecer o que se queria do trabalho de campo, no âmbito dos pressupostos que conduziram à concretização desta pesquisa: tratava-se de, no quadro de uma análise qualitativa e intensiva, realizar uma monografia local, que pretendia apreender as dinâmicas sociais locais da literacia, no caso particular de operários da indústria têxtil e de pessoal dos cafés, sempre numa perspectiva focalizada nas relações com o material escrito.

A partir daqui, na elaboração do projecto de trabalho de campo, foram previamente definidos alguns objectivos: por um lado, estabelecer um contacto, tão espontâneo quanto possível, com a vivência quotidiana profissional, social e cívica de três ou quatro sujeitos pertencentes aos grupos-alvo, que permitisse uma entrada minimamente discreta nessa complexa teia de aspectos que envolve as relações com a literacia; por outro lado, efectuar uma abordagem a algumas instituições que tivessem, eventualmente, um papel importante no contexto da vila em geral, e no contexto das relações com a literacia em particular; por outro lado ainda, aplicar alguns pré-testes do inquérito nacional (na altura ainda não em versão final), procurando captar fragilidades e aspectos a alterar. Definimos, ainda, *a posteriori*, um outro objectivo: construir a partir deste contacto qualitativo um conjunto coerente de pistas e hipóteses de análise e reflexão.

Os próprios indivíduos foram considerados veículos de observação e, assim, a escolha dos locais de observação decorreu do quotidiano desses indivíduos, ou seja, o fio condutor constituiu-se a partir das próprias pessoas. Por isso mesmo considerámos fundamental ter sempre presente a ideia de não limitar espacialmente o objecto de estudo. Foi, no entanto, desde logo, possível prever que alguns desses locais seriam a fábrica, os cafés, a casa e os

¹² Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 122-123.

locais de encontro diário, não esquecendo também a necessidade de fazer um percurso por algumas instituições locais.

No seguimento da definição e esclarecimento daqueles que seriam os pontos de observação, definimos o tipo de abordagem que pretendíamos efectuar na relação com os sujeitos, o modo como nos iríamos apresentar e inserir no contexto local. Assim sendo, tendo optado por escolher apenas um pequeno número de sujeitos privilegiados de observação, na medida em que a nossa preocupação estava direccionada para a profundidade e não para a representatividade, resolvemos apresentar-nos explicando o tema do estudo de uma forma tão simples quanto possível, colocando algumas questões sobre o próprio, sobre outras pessoas e sobre as suas relações com os materiais escritos. A ideia fundamental nesta apresentação era a de criar uma certa cumplicidade que, ao mesmo tempo, permitisse proporcionar, a partir destes primeiros sujeitos de observação, outros contactos e conhecimentos.

Definimos, também, as lógicas de observação que pretendíamos operacionalizar durante o processo de pesquisa: sistematizar uma grelha de observação e de registo; estabelecer longas conversas informalmente proporcionadas mas formalmente preparadas; e fazer um registo escrito permanente a propósito dessas conversas, de impressões ou percepções particulares, e de outros dados considerados importantes.

Quanto à grelha de observação, este instrumento metodológico, apesar de ter sido previamente construído, foi pensado não como algo acabado mas antes flexível e, portanto, passível de alterações, inovações e todo o tipo de adaptações ao percurso da pesquisa. A intenção analítica foi, claramente, a de organizar uma abordagem que abarcasse as dimensões profissional, privada e cívica das relações com a literacia. Não obedeceu a nenhuma ordem precisa, uma vez que, como já foi referido, os próprios sujeitos estabeleceriam o fio condutor dessa abordagem; os tópicos que essa grelha envolveu serviram apenas de elemento orientador e organizador para nosso uso.

Nesta grelha surgem, assim, sistematizados os tópicos conceptuais com que abordamos o conceito de literacia: uma definição que vai para além da mera compreensão e decodificação de textos, para incluir um conjunto de capacidades de processamento de informação que os adultos usam na resolução do conjunto de tarefas associadas com o trabalho, a vida pessoal e os contextos sociais.

No fundo, esta grelha não é mais do que a tradução operacional de uma perspectiva multidimensional que reconhece a pluralidade de competências e de contextos. E, por isto mesmo, por um lado, ela abrange três dimensões fundamentais da literacia – a literacia em prosa, a literacia documental e a literacia quantitativa; por outro lado, ela situa as competências mobilizadas em três dimensões da vida quotidiana – a vida profissional, a vida pessoal e a vida cívica – no sentido de perceber e distinguir rotinas funcionalizadas de capacidades de utilizar informação escrita necessária nas diferentes dimensões da vida adulta.

O nosso processo de observação e de pesquisa procurou, deste modo, a partir desta grelha, apreender as relações estabelecidas com diferentes tipos de tarefas ou situações – leitura em prosa (jornais, revistas e livros); uso de informação localizada em documentos (impressos, quadros, gráficos); e uso de operações numéricas a partir de informação contida em material impresso (uso de cheques, contas bancárias) – em cada uma daquelas dimensões da vida de todos os dias.

A observação directa, ainda que metodologicamente sistematizada, não permitiu acompanhar senão um pequeno número de situações reais e quotidianas das relações com a literacia. As poucas situações em que pudemos observar comportamentos, reacções e atitudes sucederam nos cafés e referem-se, sobretudo, ao uso dos jornais aí presentes. Por um lado, os dois grupos em questão não desenvolvem com grande intensidade relações quotidianas regulares e visíveis com o material escrito. Por outro lado, é sempre difícil, no que respeita às relações com o material escrito, entrar nos diversos espaços ao ponto de testemunhar a forma como se processam essas relações. Foi possível, porém, observar os comportamentos, as reacções, as interacções verbais, as “maneiras de fazer, de estar e de dizer”, quer nos espaços doméstico, profissional e de lazer, quer na conversa informal e na aplicação do questionário.

Assim, o que preencheu o nosso processo de pesquisa foi, sobretudo, a conversa informal, o ouvir opiniões, ideias, impressões, sobre o quotidiano da vila em geral, e em particular dos operários e empregados de café, na sua relação com o material escrito. A “matéria-prima” recolhida, sentida e apreendida abrange, deste modo, um conjunto de representações, avaliações, de si e dos outros, que operários e empregados de café protagonizam na forma como vivem e encaram a sua relação com o material escrito.

Conjuntamente com esta opção metodológica aplicámos, como era nosso objectivo *a priori*, o pré-teste do inquérito nacional. Essa aplicação originou alguns resultados importantes: por um lado, veio completar e enriquecer o estudo qualitativo que pretendíamos concretizar – ainda que sem representatividade estatística; por outro lado, permitiu testar algumas das tarefas do pré-teste e tornar perceptível a necessidade de algumas correcções; por outro lado ainda, no decorrer da sua aplicação, deparou-se-nos um conjunto de reacções, comentários, atitudes e comportamentos que constituem dados importantes para a pesquisa; por fim, o pretexto desta aplicação permitiu criar algumas situações espontâneas de troca de impressões em contextos familiares – foi uma das poucas formas de entrarmos em concreto no espaço doméstico.

É óbvio que, como sabemos, o inesperado é um factor sempre relevante neste tipo de pesquisa. Por isso mesmo, dados os contornos da análise que pretendíamos efectuar, não partimos de grandes pressupostos, nem tínhamos ideias acabadas sobre o faseamento do processo do trabalho de campo. Tínhamos, apenas, alguns objectivos genéricos.

A nossa postura procurou identificar-se com um princípio metodológico que alguns autores denominam de “gestão da flexibilidade”, e subentende que, em estudos de carácter qualitativo, intensivo, é no próprio trabalho de campo que se vão construindo as hipóteses e as afinações do procedimento metodológico. O próprio trabalho de campo, de observação e indagação, interpela esse processo de construção, fundamentando, por esta forma, um dos objectivos de um estudo de carácter mais intensivo: o lançamento de pistas e hipóteses para análises mais extensivas. Daí que, neste procedimento, o principal instrumento de pesquisa seja o investigador, através da sua capacidade de, ao longo do processo de pesquisa no terreno, ir procedendo a interpelações, reflexões, reformulações e opções pelas quais vai construindo e reconstruindo um conjunto coerente de hipóteses e afinando o seu percurso metodológico.

Assim, pensamos ter conseguido, de facto, perceber como é o quotidiano dos nossos sujeitos, quais são os ritmos regulares da sua vivência, da sua relação com o material escrito. Não foi possível acompanhar exhaustivamente esse quotidiano, mas conseguimos percepcioná-lo, não só pelas conversas informais que fomos tendo, mas também pelo que observámos no espaço profissional e de lazer, e pelo que captámos mais formalmente.

Procurámos registar diária e sistematicamente observações, reflexões metodológicas, impressões e percepções. Fomos elaborando aquilo a que a terminologia da pesquisa sociológica usualmente designa por “diário de campo”, onde anotámos toda a informação passível de alimentar a nossa sensibilidade sociológica. Deste modo, registámos da forma mais exaustiva que conseguimos, observações, informações, reflexões metodológicas, impressões e percepções; registámos, ainda, observações pessoalmente realizadas, informações prestadas por outras pessoas e discursos verbalizados pelos actores sociais em estudo, procurando transcrever estes últimos tão à letra quanto possível.

9.3. Breve contextualização da vila de Unhais da Serra

Unhais da Serra é uma vila situada na base da vertente sudoeste da Serra da Estrela, encontrando-se sensivelmente, por estrada, a 23 km da sede do Concelho – a Covilhã.

Relativamente às origens da vila de Unhais da Serra são poucos os dados de que dispomos, alguns nem sempre concordantes entre si, mas, mesmo assim, suficientes para afirmarmos que a sua história, enquanto lugar com algum significado, não terá muito mais de trezentos anos.

Unhais era nos séculos XV ou XVI um pequeno lugar pertencente à freguesia de Santa Maria do Paul¹³. A Corografia de Portugal do Padre Carvalho, de 1708, sobre Unhais da Serra¹⁴, e que enumera as freguesias da Covilhã, não contém qualquer referência à de Unhais da Serra. No entanto, em 1758, em inquérito mandado fazer por D. José I, e enviado a todas as paróquias do reino, inquérito relativo não só ao presente mas também ao passado das populações em múltiplos aspectos das suas culturas, Unhais era já então sede de freguesia, ainda que o seu pároco fosse da apresentação do prior do Paul. Este inquérito é a primeira certidão de idade rigorosa que se conhece de Unhais. Pelas respostas contidas no questionário, se Unhais já existia nos séculos XV ou XVI seria, por certo, lugar pouco importante. A tradição quanto às origens de Unhais vai no sentido de a atribuir a pastores do

¹³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., pp. 380-381.

¹⁴ Citada por M. Viegas Guerreiro e outros, *Unhais da Serra. Notas Geográficas, Históricas e Etnográficas*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1982.

Paul que teriam dado início à povoação, construindo casa e abrigos para si e para o gado¹⁵.

Desde 1860 até aos nossos dias, Unhais da Serra conheceu fases distintas na sua evolução demográfica que traduzem de forma muito clara os principais factos ocorridos na sua história mais recente. Assim, no período que vai de 1860 a 1890, Unhais da Serra conheceu uma fase de grande crescimento populacional devido ao que se julga ter sido um forte movimento de imigração para a freguesia. De 1890 até quase finais da década de 20 houve uma certa estagnação no seu crescimento demográfico, registando-se apenas pequenas oscilações. É a partir de 1930 que Unhais da Serra vai conhecer de novo uma fase de forte crescimento populacional que se faz sentir até 1960. A esta fase de crescimento populacional não é por certo alheio o facto de ser exactamente em 1930 que é inaugurada em Unhais da Serra a Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, que vai marcar decisivamente o início da “industrialização” de Unhais da Serra, e conseqüentemente contribuir para a fixação da população local, bem como para a captação de outras pessoas da região. Basta dizer que em 1940 e segundo o Inquérito de Geografia Regional de Orlando Ribeiro¹⁶, trabalhavam já nas fábricas existentes aproximadamente 600 operários. A partir da década de 60 e até 1970 Unhais da Serra vai conhecer um forte decréscimo populacional passando em dez anos de 2506 habitantes para 1675. Este forte êxodo da freguesia (quase 40% na população) ficou a dever-se a razões não muito diferentes das que explicam os fortes movimentos migratórios (emigração e migração interna) em todo o país por essa altura. Entre 1970 e 1981 há uma ligeira recuperação no crescimento da população de Unhais, voltando depois a verificar-se um significativo decréscimo populacional, contando Unhais, à data do último censo, 1539 pessoas, sendo a tendência para continuar a decrescer. Relativamente à distribuição por sexos esta é quase simétrica, sendo o número de indivíduos do sexo masculino de 745 e o do sexo feminino de 794.

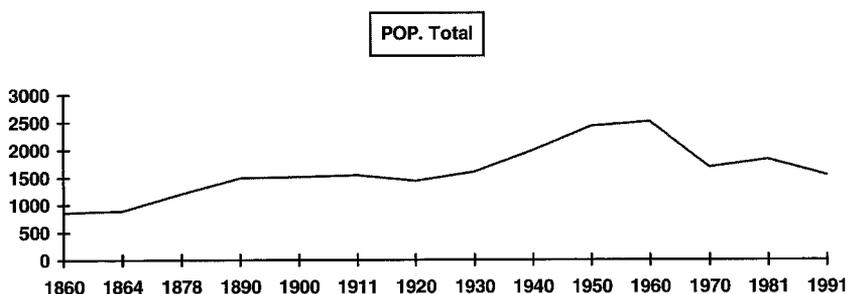
Relativamente à distribuição da população por grupos etários refira-se como aspecto mais interessante o facto de 60% da população ter menos do 45 anos, o que, se atendermos à situação de interioridade em que se encon-

¹⁵ Citado em M. Viegas Guerreiro e outros, *op. cit.*

¹⁶ *Idem.*

tra Unhais da Serra, não pode deixar de ser realçado numa altura em que a desertificação e o envelhecimento no interior se fazem sentir tão acentuadamente (Ver Quadro 9.1).

Gráfico 9.1: Evolução da população de Unhais da Serra



Se compararmos os valores de Unhais da Serra em matéria de habilitações com os valores referentes aos do concelho em que se inscreve – a Covilhã – verificamos que Unhais não se afasta significativamente da realidade do conjunto do concelho. No entanto, e tendo em atenção o nosso objecto de estudo, diga-se que a taxa de analfabetismo em Unhais da Serra (12,4%) é relativamente baixa quando comparada com a da região da Cova da Beira (18,8%) e mesmo com a da totalidade do concelho (15,6%).

Quadro 9.1: Estrutura etária da população de Unhais da Serra

Grupo etário	Nº	%
0-14	267	17,3
15-24	224	14,6
25-34	199	12,9
35-44	227	14,7
45-54	161	10,5
55-64	208	13,5
> 65	253	16,4

Fonte: Censos 91/INE

Quadro 9.2: Graus de escolaridade da população de Unhais da Serra

	Analfab. com mais de 10 anos	Ensino Primário	Ensino Preparatório	Ensino Secundário	Ensino Médio / Superior	Taxa de Analfabetismo
Homens	64	360	119	118	18	-
Mulheres	106	475	96	133	24	-
Total	171 (11,1%)	735 (47,8%)	215 (14,0%)	251 (16,3%)	42 (2,7%)	12,4%

Fonte: Censos 91/INE

Com uma taxa total de desemprego de 6,3% e uma taxa de actividade de 41,1%, em Unhais da Serra é, claramente, o sector secundário que absorve a esmagadora maioria da população activa (72,1%), apresentando o sector primário um valor profundamente residual (5%) e o sector terciário um pouco mais de 22%. Note-se, no entanto, que estes dados, ao indicarem o estatuto formal da população face ao trabalho, podem ser enganosos no que diz respeito ao número de pessoas que, ainda que reformadas ou a exercer uma outra profissão principal, desenvolvem alguma actividade agrícola.

Quadro 9.3: Condição perante o trabalho da população de Unhais da Serra

	Empregada	Procura de 1º emprego	Procura de novo emprego	Taxa de Actividade	Taxa de Desemprego
Homens	326	19	10	46,3%	5,5%
Mulheres	266	21	14	36,1%	7,3%
Total	592	40	24	41,1%	6,3%

Fonte: Censos 91/INE

Quadro 9.4: Sectores de actividade da população de Unhais da Serra

	Primário	Secundário	Terciário de tipo social	Terciário de tipo económico	Terciário Total
Homens	24	230	31	41	72
Mulheres	6	197	28	35	63
Total	30	427	59	76	135

Fonte: Censos 91/INE

A Penteadora – Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, S.A – é uma empresa têxtil fundada em 25 de Abril de 1930, assumindo o estatuto jurídico de sociedade por quotas, tendo passado em 1964 a sociedade anónima.

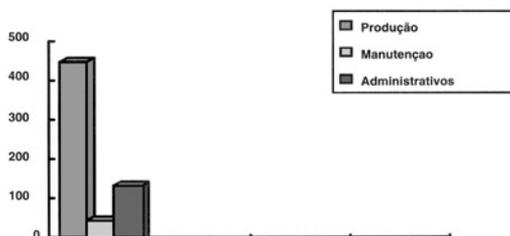
A iniciativa da constituição da Sociedade Industrial partiu do pároco de Unhais da Serra, proprietário já de duas outras fábricas, com o objectivo de dinamizar e modernizar a indústria têxtil na terra. O que vem a suceder, de facto, em 1940, por efeito de uma enorme “vantagem competitiva” decorrente da sua localização: a água. Com efeito, por um decreto de 4 de Julho de 1940, em que se regulamenta o aproveitamento hidroeléctrico das águas da bacia onde está instalada a Penteadora, esta pode dar início à construção de barragens, passando a usufruir de energia eléctrica a preço de custo.

A partir deste momento a Penteadora passa, de facto, a ter uma importância central em todos os domínios da vida de Unhais. Como já tivemos oportunidade de referir atrás, ela foi, nomeadamente, um pólo de atracção sobre as povoações vizinhas, o que se traduziu num aumento populacional da vila de Unhais. É também, por exemplo, da sua responsabilidade a construção de um bairro operário, o bairro de São José.

Em suma, a história da Penteadora cruza-se de forma indissociável com a história das últimas décadas de Unhais da Serra. Vamo-la encontrar directa ou indirectamente ligada a todas as dimensões da realidade de Unhais. Ainda hoje é ela quem emprega 40% da população activa de Unhais, percentagem mesmo assim inferior à de outros tempos.

O lugar ocupado pela Penteadora na vila de Unhais está, porém, muito para lá dos efeitos materiais e objectivos que a sua criação e desenvolvimento geraram. Ela foi, e é, a referência primeira em todos os aspectos da realidade social de Unhais.

Gráfico 9.2: Trabalhadores da Penteadora



O Gráfico 9.2 e os Quadros 9.5, 9.6 e 9.7 mostram, sucintamente, a composição dos trabalhadores da Penteadora, 39% dos quais residem em Unhais da Serra.

Quadro 9.5: Distribuição por idades e sexo dos trabalhadores da Penteadora

IDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
até 25 anos	17	8	25 (4%)
25 - 30	44	55	99 (16%)
30 - 35	52	63	115 (19%)
35 - 45	131	111	142 (39%)
45 - 55	49	50	99 (16%)
55 - 60	19	5	24 (4%)
> 60	13	4	17 (3%)
TOTAL	322	296	617 (100%)

Quadro 9.6: Antiguidade dos trabalhadores da Penteadora

ANTIGUIDADE	n°	%
2 anos ou -	7	1
3 a 5 anos	65	11
6 -10 anos	133	22
10 - 15 anos	176	29
15 - 20 anos	50	8
20 - 25 anos	98	16
mais de 25 anos	88	14

Quadro 9.7: Habilitações dos trabalhadores da Penteadora

HABILITAÇÕES	n°	%
até ao 6° ano	382	62
até ao 9° ano	132	21
até ao 11° ano	40	6
12° ano	45	7
licenciados	18	3

9.4. A literacia no quotidiano de operários e pessoal dos cafés: uma leitura interpretativa

Ainda que correndo o risco de sermos repetitivos, lembremos, no entanto, os nossos objectivos, de forma a que o leitor não perca de vista aquilo a que nos propusemos: perceber como é que operários e pessoal dos cafés (empregados ou pequenos proprietários) se relacionam com os materiais impressos, no seu quotidiano pessoal, profissional e cívico, que usos fazem deles e que competências mobilizam, constituía o objecto central do processo de observação. Estas interrogações sobre o objecto de estudo, porque nele se cruzam comportamentos, representações e percursos de vida, levavam-nos à intenção analítica de apreender as causas e lógicas sociais subjacentes à manifestação daquela relação.

A nossa postura foi, então, a de cruzar na prática metodológica um conjunto de procedimentos que nos permitissem perceber a complexidade do fenómeno da literacia, precisamente porque aí se revelam vectores múltiplos. Esta era uma opção inevitável de um ponto de vista sociológico: assumir a pluridimensionalidade do objecto em estudo. Por isso, para além da observação concreta das práticas e comportamentos, contextualizada na história e vivência da vila, que completámos pelo contacto com alguma informação documental, recolhemos, através da conversa informal, os discursos que os próprios desenvolvem e as representações que a um nível mais institucional ali são construídas.

Como dissemos atrás, foi assim que procurámos discernir o sentido e os sentidos implícitos nos usos de materiais escritos no seio daqueles grupos e que interessava depois reflectir, de modo a podermos sugerir uma interpretação sociológica dos mesmos. É este o esforço que aqui desenvolvemos.

O privado

Começamos pela vivência pessoal e doméstica desse quotidiano. “Não têm hábitos de leitura”; “não sobra tempo para leituras”: estas foram afirmações com que fomos confrontados e que ilustram uma representação acerca dos hábitos de leitura generalizados em Unhais da Serra e comuns quer aos operários quer aos empregados de café. Se começamos por esta dimensão da leitura não é porque a queiramos privilegiar, mas apenas porque nos interessa reflectir um pouco sobre o significado que poderá deter na apreensão das relações com a escrita.

Se nos debruçarmos sobre o conteúdo do discurso produzido, compreenderemos melhor o significado daquela ideia de uma ausência de hábitos de leitura. A reflexão sociológica tem demonstrado que, quando se alude à prática da leitura, o imaginário social reconhece na leitura de livros, muito mais do que na de jornais, revistas ou outras publicações, os sinais da tradição que consigna o livro como objecto de leitura por excelência. Além disso, tem-se demonstrado, também, que esta tradição do livro tem um sentido nobilitante, pois aparece como manifestação da cultura erudita dos grupos socialmente dominantes.

Assim, é possível distinguir, nesta avaliação produzida no discurso dos nossos interlocutores, uma tentativa de se reconhecerem dentro dos padrões socialmente valorizados, fazendo sobressair a importância da leitura de livros no quadro dos hábitos de leitura em geral, menosprezando, pelo contrário, um outro conjunto de práticas que, apesar de identificarem como efectivas, consideram abaixo do que supõem ser exigido pelos padrões dominantes.

O caso do Presidente da Junta de Freguesia, ao associar à leitura dos jornais regionais motivos pouco nobres, como seja “para estarem em cima do acontecimento” e poderem comentar, é bem ilustrativo desta postura. Mesmo o padre, que acaba por reconhecer que as pessoas lêem jornais por terem necessidade de estar a par da informação, começa por minorar esse hábito: “há uma outra pessoa...mas são excepções”.

Será esta ausência de hábitos de leitura uma realidade do quotidiano pessoal dos operários e pessoal dos cafés? Ou será que, apesar do peso diminuto dos livros, a leitura é um hábito presente na relação com outro tipo de objectos? Podemos identificar alguma distinção entre as práticas de leitura de uns e de outros? E que significado terá a resposta a estas interrogações na dimensão mais ampla, que privilegiámos, dos usos de materiais escritos? Estas foram questões que procurámos aprofundar nos discursos e práticas concretas dos nossos sujeitos de observação.

As declarações que estes fazem acerca dos seus hábitos quotidianos de leitura remetem essencialmente para os jornais regionais – de forma destacada o *Correio de Unhais* e o *Jornal do Fundão*, mas também o *Notícias da Covilhã* e a *Gazeta do Interior* –, para alguma, mas pouca, correspondência, e para o pequeno recado familiar. Esta é uma realidade que se tornou ainda mais clara naquilo que pudemos observar. Nos cafés, em cima das mesas, encontram-se quase sempre, pelo menos, o *Jornal do Fundão* e o *Correio de*

Unhais (que, como nós próprios podemos comprovar, estão entre os poucos vendidos na papelaria local), sendo a sua leitura um pretexto para a frequência dos mesmos. A biblioteca da igreja, de pequena dimensão, raramente é utilizada. Há ainda a leitura que muitos fazem das *Seleccções*, o que podemos confirmar nos Correios, onde percebemos também que os hábitos de correspondência mostram uma tendência para decrescer.

Aquelas declarações deixam expressa a importância dos jornais regionais: a par da TV e das conversas informais, este é um meio que consideram privilegiado para o acompanhamento da informação mais importante. Sobre isto todos são explícitos: “Sem dúvida. Nos cafés, por vezes, as pessoas chegam a esperar umas pelas outras para lerem o *Jornal do Fundão*”. E se isto não significa que todos os leiam – muitos, de facto, não o fazem, como nos apercebemos – todos afirmam, de uma forma ou de outra, a sua importância e acedem à informação por eles veiculada que “passa de boca em boca”: “se o que vem no jornal tem a ver com o que se passa em Unhais é natural que as pessoas comentem”. Comentem e leiam, acrescentamos nós. De facto, esta informação assume particular importância já que deixa antever uma significativa cambiante relativamente à prática da leitura de jornais. A questão não se coloca, apenas, entre a existência ou a ausência desta prática; ela apela, também, a uma atenção particular sobre o que preferencialmente se lê, ou se deixa de ler. E se são os jornais regionais que parecem despertar as maiores preferências, tal deve-se não só à maior acessibilidade deste tipo de publicações, mas também, e fundamentalmente, à familiaridade com os conteúdos escritos que aí encontram. Ou seja, a questão não pode ser equacionada apenas em função da relação de maior ou menor proximidade que desenvolvem com a leitura de jornais; tem também de considerar a maior ou menor distância com o universo social para que remetem os conteúdos lidos.

Para já, o que nos parece ter ficado claro no processo de observação é que, de uma forma geral, ao nível do espaço pessoal e social se associam à diminuta leitura um conjunto de factores: a indisponibilidade em termos intelectuais e de tempo (depois de um dia de intenso trabalho “não sobra tempo para leituras”); o domínio da TV como veículo de informação privilegiado; a preponderância do telefone como meio de comunicação interpessoal, que veio substituir o papel da carta; e, ainda, a pouca oferta existente em termos de objectos de leitura. Para além dos jornais regionais referidos, de uma ou outra revista, ou da assinatura de outro tipo de publicações como as *Seleccções*, não existe uma oferta consistente.

Que causas e significados é, então, possível identificar nos contornos destes hábitos de leitura?

Num inquérito produzido sobre esta questão¹⁷ associa-se à leitura, fundamentalmente, duas razões: a existência de uma herança cultural, que passa pelo contacto com a leitura desde cedo, e a disponibilidade, quer em termos de tempo, quer em termos intelectuais. Sublinha-se, no mesmo estudo, a importância do processo de socialização ocorrido com a leitura desde a infância, onde a família, e depois a escola, têm um papel fundamental na consolidação de tais hábitos. Percebe-se que é possível reconhecer um importante impacto das heranças na configuração dos hábitos de leitura: “Sendo a leitura, hoje em dia, uma das práticas culturais mais banalizadas, obrigatoriamente difundida durante a escolaridade dos indivíduos, nem por isso ela deixa de funcionar como hábito fortemente distintivo, reproduzindo hierarquias de legitimidade sociocultural”¹⁸.

Assim sendo, retenhamos esta ideia de que se configuram de forma distinta perfis de leitores que revelam diferentes graus de apetência para a leitura e diferentes modos de a realizar, sobressaindo a distância entre a capacidade de ler e os hábitos de leitura enquanto prática cultural. E retemos esta ideia porque é nela que poderemos procurar o significado da relação com a leitura na dimensão mais ampla das relações com materiais escritos.

Pelo que pudemos perceber, ao nível da sua vida pessoal, os grupos em causa recorrem, sobretudo, ao registo memorial: a utilização do registo escrito limita-se praticamente ao pequeno recado, às listas de compras em alguns casos, ao uso de agendas pessoais noutros e, ainda, a alguma (pouca) correspondência. No que respeita ao uso de materiais escritos de tipo documental – impressos ou formulários – a imagem dada é a de uma relação difícil, sobretudo caracterizada por uma ausência de autonomia, que encontra justificação na simples incapacidade ou dificuldade, na preguiça ou no medo, e que se transforma em relação de dependência pela necessidade de recorrer a terceiros.

Quanto à relação com o elemento quantitativo em materiais escritos, o significado dado pode ser identificado como o de uma utilidade funcional.

¹⁷ Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, «Inquérito aos hábitos de leitura», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, Lisboa, 1991.

¹⁸ Idem.

Reconhecendo as dificuldades ou o desinteresse por operações mais complexas, é evidente o desenvolvimento de estratégias de cálculo nas situações rotineiras com que se confrontam. No entanto, se bem que na gestão diária do dinheiro “toda a gente faz contas à vida” e ninguém gosta de ser enganado, quando se trata de calcular e definir estratégias de aplicação do dinheiro ou de operacionalizar, por exemplo, o valor do IVA na aquisição de um produto, novamente se descreve a importância do auxílio de outrem.

O facto é que, de uma maneira ou de outra, resolvem essas situações. Nuns casos, resolvem os próprios porque, como dizem, já estão habituados; noutros recorrem aos Correios, à Junta de Freguesia ou a alguém da sua confiança.

Aqui, surge-nos uma questão que obriga a alguma reflexão: se por um lado, no discurso produzido do exterior dos grupos em causa, lhes é apontada a ausência de autonomia e a existência de uma grande dependência a este nível – ideia, aliás, patente nos discursos do Presidente da Junta, do padre ou da funcionária dos Correios – por outro lado, na auto-avaliação que os sujeitos fazem não se revela que, nesse efeito de dependência, interiorizem um qualquer sentido de fragilidade.

A nossa interpretação é a de que, se é verdade que identificar essa situação como relação de dependência é algo que, face à evidência da realidade, se torna inevitável, perceber o seu significado implica assumir que se trata do desenvolvimento de estratégias de apropriação dessas formas do escrito.

Que causas e lógicas sociais estarão, então, por detrás destas estratégias de uso de materiais escritos?

Na medida em que, como nos elucidava Bernard Lahire, as disposições contidas nas “formas sociais escriturais” são reconhecidas enquanto condição fundamental numa pluralidade de situações sociais¹⁹, para percebermos como os nossos grupos em observação se distinguem nestas estratégias de apropriação do escrito, é fundamental reflectir sobre os contornos da socialização das formas escriturais que sofreram. E aqui, como problematizámos anteriormente, a escola surge com um papel fundamental.

No processo de observação, alguns aspectos da relação com a escola parecem revelar-se comuns a operários e pessoal dos cafés. Por um lado, no

¹⁹ Bernard Lahire, *op. cit.*

que respeita ao percurso escolar, a maioria experimentou um abandono precoce provocado, regra geral, por dificuldades financeiras; por outro lado, em termos do investimento no processo de aprendizagem escolar dos filhos, a tendência é para prolongar este o mais possível.

É fácil identificar, por isso, a este nível, uma alteração nas estratégias familiares no investimento escolar, onde se reconhecem, relativamente ao passado, diferenças significativas nas representações acerca da importância da escola nos percursos de vida: “Agora as pessoas dão uma grande importância a que os filhos estudem; querem que eles vão à escola o mais cedo possível e que estudem o máximo possível”.

Mas como explicar esta evolução na importância dada à escola?

Numa perspectiva sociológica importa ter presente que o que orienta as acções das pessoas e as suas expectativas são, simultaneamente, as configurações culturais que partilham – onde se incluem os modelos de representações e de apreciações – e os interesses e estratégias de vida que desenvolvem face às condições objectivas que as rodeiam.

Assim, em primeiro lugar, este rumo dado ao investimento escolar pode ser explicado por um conjunto de representações culturalmente contextualizáveis. Também em Unhais da Serra a escola se tornou uma realidade mais acessível por efeito, decorrente do próprio processo geral da dinâmica da democratização do acesso à escola e da legislação laboral no que respeita ao trabalho infantil. Depois, dados os contornos da evolução económica e social, a complexificação das exigências em termos socioprofissionais e a emergência de novas qualificações deram lugar a novos perfis de competências e saberes. Terá sido, assim, a interiorização desta ideia de acessibilidade à escola, enquanto possibilidade ao seu alcance e, paralelamente, o posicionamento face a um novo quadro de qualificações que levaram estes grupos a valorizarem a escola e os recursos educativos que veicula, no sentido de serem reconhecidos como apetrechos fundamentais para o futuro.

Em segundo lugar, aquela tendência de investimento escolar está profundamente ligada ao desenvolvimento de estratégias que apontam para um “futuro melhor” e que são produto da apreciação das suas próprias experiências de vida. Isto é sobretudo relevante no caso dos operários – “isso nota-se muito na Penteadora: por serem tão sacrificados querem um futuro melhor para os filhos”. Mas também nos proprietários e empregados de café sente-se,

de facto, um sentimento de autodesvalorização relativamente às condições de vida que experimentam em Unhais da Serra e que muitos consideram limitadoras. Numa das conversas que tivemos, um pai referindo-se com orgulho ao facto de o filho estar na Covilhã a estudar, argumentava que isso lhe proporcionaria um conjunto de possibilidades que ele próprio nunca tinha tido.

Assim, se em relação a si próprios se pode identificar algum desinteresse ou desmotivação face ao seu próprio percurso de aprendizagem (ainda que muitos digam que gostariam de melhorar a sua formação), isso é reflexo das representações que construíram na relação que desenvolveram com a escola, onde sentiram a distância de um código que não dominam, e, por isso, da autodesvalorização pela dificuldade de mobilização de uma série de recursos.

Este constringimento pode identificar-se a dois níveis: um que respeita à desmotivação e que se revela em particular na pouca adesão à Escola de Adultos; e um outro que respeita às dificuldades e distanciamento perante os códigos escritos, que é bem ilustrado no caso dos operários na forma como qualificam a experiência dos cursos de formação ministrados na Penteadora. A estes dois níveis podemos associar, ainda, um terceiro – a ausência de tempo –, justificação que todos dão para não investirem na sua formação.

Mas relativamente à Escola de Adultos, há que realçar um outro aspecto que ilustra a relação entre a comunidade e a escola: a pouca visibilidade da sua existência e, portanto, a incapacidade de desenvolver formas de sensibilização acessíveis e próximas da realidade que as pessoas experimentam.

A investigação sociológica que problematiza as questões educativas relativas à relação entre os meios populares e a escola tem fundamentado a ideia de que a distância entre ambos depende muito do grau de centralidade que aquela possa ter nas suas estratégias de vida e de que, por isso mesmo, muitas vezes se trata de um problema de inadequação. “No plano das culturas, consiste numa incapacidade demonstrada pela escola e pela prática pedagógica em encontrarem vias de comunicação e formas de entendimento entre as culturas populares e a cultura escolar. No plano dos interesses, essa inadequação traduz-se numa incapacidade da escola e da prática pedagógica em associarem aos processos de aprendizagem a clara demonstração da sua utili-

dade para a vida das pessoas, para a resposta às suas necessidades, problemas e aspirações”²⁰.

Ao lermos estas palavras não podemos deixar de nos lembrar do que presenciámos numa aula da Escola de Adultos: uma prática pedagógica pouco criativa e desarticulada dos alunos em questão, associada a um divórcio evidente entre os conteúdos ensinados e o universo social em que se movem.

Nesta reflexão que temos vindo a desenvolver parece-nos, assim, ter ficado claro o significado da transversalidade da literacia nas estratégias de apropriação do escrito: a consciência da importância da aquisição e manipulação de um conjunto de saberes e competências reconhecidos como funcionalmente necessários ao desenvolvimento pessoal. Operários e pessoal dos cafés experimentaram e experimentam no seu quotidiano o sentido dessa importância, o que se revela quer no investimento que operários e pessoal dos cafés fazem na aprendizagem dos filhos, quer na desmotivação ou autodesvalorização que desenvolvem em relação a si próprios.

De facto, como nos mostraram contributos analíticos como o de Pierre Bourdieu²¹, o desenvolvimento de estratégias de apropriação das diversas formas do escrito está profundamente inscrito nas estruturas sociais.

Isto significa que, para percebermos a dimensão que o fenómeno da literacia aqui revela, temos que analisá-la enquanto expressão de uma cultura, de um conjunto de valores e expectativas que marcam a experiência social destes grupos. Trata-se, se quisermos, de procurar identificar os traços sociológicos mais distintivos que tornam possível o seu reconhecimento.

Pode-se destacar dois aspectos que parecem atravessar a experiência de vida pessoal destes grupos em Unhais da Serra: um refere-se à ideia da importância da oralidade na comunicação e circulação de informação, o outro chama a atenção para o papel central que a fábrica – a Penteadora – tem nesse mesmo processo.

Detenhamo-nos, para já, sobre o primeiro. Encontramos nele um elemento distintivo da vida cultural dos grupos em questão. Aqui a comunicação

²⁰ Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (ed. orig. 1987), p. 114.

²¹ Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

e circulação de informação processa-se, sobretudo, pela oralidade, sendo mediada de uma forma muito pessoalizada. No entanto, como acrescentaram os nossos interlocutores, quer os jornais regionais, quer, por exemplo, os editais afixados pela Junta de Freguesia, são lidos por alguns. Apesar de capazes de ler ou de perceber a importância da informação que é processada formalmente de forma escrita, os sujeitos em questão acedem a ela, elaboram interpretações e tomam resoluções acerca dos respectivos conteúdos, sobretudo pela informalidade da comunicação oral. A questão que se põe agora é a de explicitar as lógicas sociais subjacentes a este predomínio da oralidade nos processos comunicativos.

Como percebemos no enquadramento teórico que fizemos das questões problematizadas neste nosso estudo, particularmente quando abordámos os contornos do desenvolvimento dos processos comunicativos, partimos do pressuposto enunciado por Jack Goody de que “os modos de comunicação utilizados na transmissão do conhecimento têm consequências não apenas no conteúdo do que é transmitido mas também nas operações cognitivas que conduzem à formulação desse conhecimento²²”.

Assim, como tem revelado a reflexão das ciências sociais, o predomínio da oralidade caracteriza a construção do saber local, constituindo vias específicas de transmissão de conhecimento, que se afirmam como recurso de grupos sociais que não dominam a técnica de comunicação escrita.

No seguimento do que tem sido esta reflexão percebe-se, então, que esta oralidade, enquanto modo de transmissão e construção de saber, não se restringe à comunicação verbal, estando antes envolvida num vasto conjunto de procedimentos de tratamento dos diversos elementos desse conhecimento que, situando-se fora do recurso à escrita, fazem parte da vida de todos os dias, sendo construídos nas próprias redes de relações sociais. Trata-se de um conjunto de práticas de apropriação do real que distingue estes grupos, e às quais corresponde uma forma de entender a realidade, dando lugar à construção de um saber que, como vimos, é localmente produzido. Por isso, nestes processos comunicativos, a transmissão de conhecimento e informação faz-se de uma forma muito contextualizada, no próprio quotidiano das diversas dimensões da vida social.

²² Citado em Amélia Frazão-Moreira, *op. cit.*, p. 58.

É este o significado que podemos reconhecer na observação que desenvolvemos: os habitantes de Unhais da Serra em geral, e os operários e pessoal dos cafés em particular, estão a par da informação que circula, mesmo aquela que circula de modo impresso. Como? Citando as palavras de alguns sujeitos com quem conversámos: “a informação passa de boca em boca”... “numa relação bastante pessoalizada”... “onde o contacto é quase todo estabelecido via oral”.

Mas como dissemos no início deste comentário analítico, um outro aspecto sobressai da descrição produzida, e que vem ao encontro da ideia de que este processo de utilização de informação escrita se constrói na própria rede de relações sociais e se desenvolve de uma forma localmente contextualizada: a importância do papel atribuído à fábrica Penteadora.

A fábrica, como percebemos na contextualização sociográfica da vila e nos traços sociológicos mais emergentes da sua história, é um elemento central na vida de Unhais. A experiência de vida dos seus habitantes e a própria história da vila são marcadas pela sua existência. Desde logo, e como já vimos, pela importância que a Penteadora assumiu no desenvolvimento económico e até populacional da vila de Unhais. Ela está indissociavelmente ligada a todos os principais marcos da história recente de Unhais da Serra. Por outro lado, essa centralidade resulta de, ainda hoje, empregar 40% da população activa de Unhais. Ou seja, é aí que uma parte significativa da população de Unhais está concentrada durante oito horas diárias. A Penteadora assume-se, assim, como palco privilegiado por onde ecoa toda a vida social de Unhais da Serra, funcionando simultaneamente como principal “animador” da vida social da vila. É no local de trabalho, é no tempo de almoço, é no café em que se pára no regresso a casa, etc., etc., que a informação circula, a opinião se constrói, as relações sociais se desenvolvem e actualizam, ou, também, os silêncios se impõem, as desconfianças se criam, as rivalidades se exercem.

De facto, na lógica subjacente àquela construção do saber local, a fábrica surge com um papel central. E só a partir deste esforço de contextualização numa tradição que é a do oral e do local se torna possível compreender o significado dos contornos que assume a relação com materiais impressos, enquanto estratégia implícita a redes de sociabilidade e solidariedade inter-pessoal que lhe são próprias.

O profissional

Uma das hipóteses centrais avançada neste trabalho é a de que o desenvolvimento das competências de literacia mobilizadas na relação com os materiais impressos está intimamente ligado ao uso que delas se faz. E, a este nível de reflexão, interessava, particularmente, perceber que significado os “rituais” profissionais aí detêm, de modo a ser possível analisar, também, as distinções que os quotidianos profissionais de operários e pessoal dos cafés inscrevem na mobilização dessas mesmas competências.

Começamos pelos operários. Estes enfrentam diariamente um ou mais turnos, normalmente de oito horas, onde em geral desenvolvem uma função já mecanizada que operacionalizam de uma forma imediata. A fábrica encontra-se dividida por sectores, todos eles preenchidos com tipos diferentes de máquinas. Depois, é como uma engrenagem onde cada um desempenha uma função específica que, ainda que vá sofrendo algumas evoluções tecnológicas, é essencialmente repetitiva. Os mais velhos ou antigos já “sabem de cor” o que têm a fazer; os mais inexperientes vão aprendendo, mais do que pelas instruções que muitos nem compreendem, através dos conselhos dos outros, da imitação ou repetição gestual.

Toca a sirene e os que saem cruzam-se com os que entram, devidamente fardados de bata azul, dirigem-se para as máquinas, tomam a sua posição e recomeça novo turno. É praticamente sempre igual, de vez em quando “dois dedos de conversa” com o parceiro do lado, mas é na hora do intervalo que se encontram e reúnem em pequenos grupos, na cantina ou no exterior da fábrica, comendo o seu farnel ou fumando um cigarro.

Alguns, habituados, já se conformaram; outros estão saturados; muitos, quase todos, sofrem no corpo as marcas de um trabalho duro e desgastante em todos os aspectos.

Materiais escritos? No aspecto específico do exercício da sua função produtiva são poucos os que lidam com eles, o que depende da tarefa que desempenham. É o caso dos chefes de secção ou dos controladores de produção, que lidam diariamente com o escrito em termos numéricos e quantitativos ou no que se refere ao preenchimento de formulários de produção.

Ainda que, como percebemos, o esforço de modernização da empresa tenha introduzido alguns elementos, como instruções ou folhas de produção, recorrem apenas a eles para o estritamente necessário ao seu desempenho.

No seu discurso fica ausente a importância para si mesmos, por exemplo, dos gráficos de produtividade. Aspecto curioso e relevante a este propósito: como estratégia de produtividade a empresa operacionalizou um esquema simples em que a tendência, positiva ou negativa, do rendimento de cada sector é expressa através de um símbolo, um boneco, que esboça um sorriso ou uma “carranca” consoante os casos; este sim, não passa despercebido!

Detenhamo-nos um pouco sobre esta dimensão das estratégias de modernização e competitividade da empresa por relação à situação dos operários.

Um dos objectivos principais desta estratégia de modernização foi a promoção de acções de formação profissional que procuravam conciliar a variável qualificação dos trabalhadores com a fraca escolaridade da maioria dos operários. Como vimos, 62% tinham no máximo como habilitação o antigo 2º ano do Ciclo Preparatório. A Directora do Departamento de Recursos Humanos da Penteadora refere que estes cursos de formação profissional foram “estruturados exclusivamente a partir da vida da empresa e, obviamente, das suas necessidades”, sendo que através deles se pretendia treinar algumas competências muito específicas e quotidianas. Em suma, como afirma ainda, “o objectivo primordial foi o de habilitar os trabalhadores com um conjunto de conhecimentos indispensáveis a que conseguissem obter o Certificado de Qualidade”.

No entanto, e algo paradoxalmente, a validade destes cursos, sobretudo no que respeita à pretensão de colmatar as lacunas escolares, é de alguma forma relativizada. Isto é algo que se revela na forma como descreve as dificuldades sentidas pelos operários: “até lhe posso dizer que houve pessoas com a antiga 4ª classe que tiveram melhores resultados do que indivíduos com o 12º ano”, e mais à frente esclarece: “evidentemente que um indivíduo que sempre trabalhou com uma determinada máquina e a conhece como as suas próprias mãos, não é por agora as instruções estarem escritas que as vai passar a consultar”.

Mas os discursos que presenciámos, por parte dos operários, relativamente a estas mesmas estratégias de modernização, afirmam-se por oposição a este posicionamento: em primeiro lugar, como dissemos atrás, é pouco o uso que dizem fazer de materiais escritos; em segundo lugar, contestam, de um modo geral, a importância ou sucesso das acções de formação, afirmando que as pessoas que já não percebiam certas coisas ficaram na mesma sem as

perceber: “o curso era igual para toda a gente; os cursos não são feitos a pensar nas pessoas para que são destinados”.

Entre o posicionamento da Directora de Recursos Humanos e o posicionamento dos operários, parece-nos que se traduz um desencontro entre tensões e dificuldades de ajustamento não ultrapassadas. Ou seja, o problema põe-se a partir do fosso que se verifica existir entre qualificações que incidem sobretudo sobre saberes e competências “intelectuais” e aquilo que está no centro da realidade dos operários, do que estes fazem e sabem, por aí assentar o essencial da sua vida quotidiana.

A interpretação sociológica tem vindo a revelar que por detrás deste problema estão representações acerca do trabalho operário, formadas pela interiorização de valores dominantes e que, numa separação grosseira entre “trabalho manual” e “não-manual”, valorizam as “actividades intelectuais”. Deste modo, distinguem-se hierarquias de ocupação profissional, sendo que certas características de algum tipo de trabalho – tais como produção de bens materiais, grande esforço físico e duração do dia de trabalho, risco para a saúde e desconforto do ambiente de trabalho (o caso dos operários da Penteadora) – “são instituídas socialmente em critério de diferenciação negativa em comparação com outras profissões”²³.

O reflexo daqueles valores incute, então, nos operários em questão, um sentimento desmoralizador de resignação face a qualquer tipo de aspirações profissionais: ou se mostram conformados ou, então, mesmo aqueles que dizem estar saturados, afirmam a ausência de possibilidades de mudança. De facto, por um lado, as limitações impostas pelas condições sociais de existência que os rodeiam e, por outro, a interiorização dessa ideia de uma impossibilidade de trajectórias ascendentes, neste contexto de valorização da cultura letrada, leva a que as aspirações se limitem à manutenção do seu lugar profissional. E é a partir daqui que se reconhece a partilha de uma identidade colectiva que se entende a si mesma como distinguida e desvalorizada na hierarquia profissional.

Por isso, emerge do discurso deste grupo o distanciamento quer em relação às estratégias do patronato da empresa que, dizem, são desadequadas

²³ Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *op. cit.*, p. 130.

e com um forte carácter de homogeneidade, como se se tratasse de uma massa de gente indiferenciável, quer em relação aos grupos colocados em níveis superiores dessa hierarquia profissional, como sejam os quadros técnicos, com quem desenvolvem uma certa conflitualidade de interesses. A descrição que fazem destes é bem ilustrativa: “indivíduos com poder”... “são todos doutores mas sem experiência nenhuma”... “acham que são mais que a gente... e depois quando há despedimentos é a nós que nos mandam embora”, “enquanto os operários almoçam em casa ou na fábrica, os doutores vão à 'Primavera' (pastelaria-restaurant da vila)”.

É este posicionamento que – conforme avança o estudo desenvolvido pelos autores de *Do Outro Lado da Escola*, numa passagem em que se abordam as relações das classes populares com o trabalho manual – conduz “(...) à valorização do trabalho e dos saberes de cada um, traduzidos mesmo, em certos casos, numa ‘sabedoria popular’ que associa ao trabalho manual virtudes de utilidade social e solidariedade colectiva, de espírito prático, coragem física, integridade moral e força de carácter”²⁴. Tal postura é particularmente bem traduzida nas palavras do Presidente da Junta de Freguesia, alguém que já experimentou a vida de operário e que, portanto, conhece bem os seus “meandros”: “Um tipo está lá há dez anos, só tem a 4ª classe, mas domina a máquina melhor do que o que tem o 9º ano, mas não tem a mesma experiência. Este percebe melhor o texto, a informação, mas o da 4ª classe tem a experiência, sabe o objectivo, tem a visão do que é preciso fazer”.

O que nos parece ficar claro é que aquele distanciamento é elemento condicionador da relação que os operários mantêm com materiais escritos; isso é também notório no uso que fazem do boletim informativo que circula regularmente na fábrica e recentemente baptizado “Penteado”. Assim, se a Directora de Recursos Humanos realça a crescente adesão que este tem vindo a despertar, em contraste, os operários, de uma forma geral, não valorizam a importância deste jornal, ao qual associam algum constringimento institucional, algo que é evidenciado nos hábitos relativos à sua leitura e na pouca participação na sua elaboração: “Ao jornal da fábrica adere-se pouco, não tem grande interesse. A gente sabe que o que ali vem muitas vezes não é verdade... As pessoas escrevem pouco para lá porque têm receio; não ficam anónimas, é preciso ir lá entregar”.

²⁴ Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *op. cit.*, p. 134.

Em suma, este é o panorama da utilização do escrito no espaço profissional, também ele palco da oralidade presente nas estratégias de apropriação, visíveis não só no caso do jornal da empresa, pouco lido mas muito comentado, mas também no caso dos avisos afixados: “Basta um ler e perceber para que praticamente todos saibam”. É pela oralidade que, mais uma vez, quase tudo se passa, que os operários se põem “a par de tudo”, que se contam rivalidades, que se pedem conselhos, ou que, inclusivamente, se processam as relações hierárquicas profissionais, como argumentam uns e outros.

Muito concretamente, reafirma-se, nos contornos desta dimensão profissional do quotidiano da utilização do escrito, todo um envolvimento cultural, construído a partir da conflitualidade entre representações, valores e expectativas, onde se inscreve um sentido forte de desajustamento e constrangimento. Mais ainda, reafirma-se a ideia de que, de facto, a literacia só pode ser entendida enquanto fenómeno transversal à realidade social.

O cívico

Já o dissemos mas vale a pena relembrar: a estadia em Unhais da Serra, se suficiente para nos determos em alguns aspectos directamente relacionados com o nosso objecto de estudo, foi, no entanto, escassa para explorarmos e desenvolvermos outras dimensões de análise que, eventualmente, se poderiam mostrar relevantes para completarem a nossa abordagem sobre esta vila. Está clara nesta segunda situação a aproximação ao terreno cívico-político. Pouco mais nos foi possível que uma aproximação grosseira e extremamente genérica a esta dimensão.

Feitas estas ressalvas, vejamos agora o que nos foi possível reter a este nível.

Muitas são as associações em actividade na vila de Unhais da Serra. Estas, vão desde as associações culturais ou recreativas (a Filarmónica; os ranchos folclóricos; um zabumba típico), passando pelas associações religiosas (Liga Operária Católica; Juventude Operária Católica; grupos de casais das Equipas de Nossa Senhora; Corpo Nacional de Escutas), por uma associação desportiva (Futebol Clube Estrela) e, ainda, por um conjunto de associações difíceis de catalogar, como o jornal (*Correio de Unhais*), ou a cooperativa de habitação (em formação), sem esquecer a associação dos bombeiros e o núcleo de Unhais da Serra de apoio aos doentes da paramiloidose.

Segundo opinião generalizada nos nossos diferentes interlocutores, o número de associações existentes não tem correspondência, ao contrário do que seria lógico supor, numa forte participação da comunidade. Ainda que não nos tenha sido possível testemunhar o trabalho desenvolvido por estas associações, várias questões se nos colocaram. Até que ponto essa ausência de participação é efectiva? Se as associações existem e funcionam, não terá de haver, necessariamente, alguma participação? Será que tudo se resume à justificação de que “são sempre os mesmos”? Porquê este sentimento de vazio?

Face a estas interrogações, algumas hipóteses nos surgiram como pertinentes e a merecerem reflexão.

Por detrás destes discursos sobre a pouca participação, não se esconde-rá, essencialmente, um sentimento de desconforto perante uma rotina instalada? Ou seja, não será que o que está em causa é, fundamentalmente, uma enorme distância entre as expectativas geradas pelo número de associações existentes e o seu impacto na vida quotidiana de Unhais? A legitimidade desta interrogação surge reforçada quando nos apercebemos da pouca criatividade destas associações na presença que assumem na vila de Unhais da Serra. Na generalidade, o seu papel nas estratégias de desenvolvimento local é diminuto e pouco visível. E esta é uma questão que se nos apresenta fundamental quando reflectimos em torno do papel que as associações poderiam desenvolver em termos da educação de adultos, ajudando a desacademizá-la e, deste modo, a devolvê-la à realidade social.

Se atendermos ao tipo de associativismo em presença, vemos que uma parte significativa deste ou é de tipo recreativo (grupos folclóricos, etc.), ou, então, tem um forte pendor “doméstico”, isto é, serve essencialmente os que nela participam (grupos de casais das equipas de Nossa Senhora; núcleo da paramiloidose, etc.). Por outro lado, importa não esquecer que muitas das associações têm já um longo historial, não se assumindo, assim, como elementos capazes de protagonizarem alterações significativas na dinâmica social da vila, mas, pelo contrário, sendo identificadas com o próprio “statu quo”. A este propósito são extremamente elucidativas as palavras de um unhaense com que falámos que, para ilustrar a situação de acomodamento em que, segundo ele, se vive em Unhais, afirmou “é sempre igual; dança o rancho, toca a banda!”.

De igual modo, este discurso sobre a pouca participação dos unhaenses parece resultar do tipo ou dos níveis de participação que se afigura estarem a

ser considerados quando desta se fala: quando afirmam “são sempre os mesmos que participam”, o que se subentende é uma concepção da participação a partir dos que lideram o tecido associativo. O que parece estar em questão é a exclusividade da liderança e das capacidades de empreendimento num pequeno grupo, que surge como um autêntico “núcleo duro” omnipresente em todas as esferas da vida de Unhais.

Que relação existe, então, entre essas capacidades de empreendimento e o domínio das competências associadas à literacia? Esta é, sem dúvida, uma questão particularmente pertinente no quadro desta pesquisa, mas à qual apenas podemos responder parcialmente. Ainda que não tenhamos tido a possibilidade de verificar quem é que, de facto, protagoniza cada uma destas associações, o que é exteriorizado nos vários discursos, sugere, fortemente, a existência de pequenas elites locais, com áreas de influência próprias consubstanciadas nas diferentes associações em presença²⁵. “Elites” porque na posse de um domínio de um conjunto de recursos e de competências, entre as quais as da literacia. Veja-se a esse propósito o Jornal de Unhais que, para lá de funcionar como elo de ligação entre os unhaenses espalhados pelo país e pelo estrangeiro, é hoje, indiscutivelmente, referência primeira na construção das intervenções cívico-políticas locais. Ou seja, o mesmo é dizer que a escrita e a leitura constituem competências fundamentais para a participação e a intervenção cívicas.

A importância destas competências encontrámo-la, igualmente, bem testemunhada na relação estabelecida com a Junta de Freguesia. Esta, pela sua centralidade nos destinos da vila, revelou-se um excelente indicador dos usos e das competências da literacia ao nível da dimensão cívica: por um lado, é visível a sua importância enquanto difusor de informação útil para a vida dos unhaenses; por outro, são várias, como vimos, as situações quotidianas que exigem a sua mediação. A relação com a Junta, ainda que se faça de modo bastante personalizado, isto é, por via de um registo essencialmente oral, não dispensa, porém, a mobilização de um conjunto de competências de escrita, de leitura e de interpretação. Estas são a todo o momento necessárias de convocar sempre que a formalização se impõe. Ou seja, se é possível fazer um pedido, ou solicitar uma informação, através do contacto

²⁵ Por isso a queixa da politização das associações, que surgem, deste modo, como espaços importantes na construção de projectos de intervenção política.

directo oral, tal passa, porém, a ser insuficiente a partir do momento em que se torna necessário formalizar, por escrito, um pedido de atestado de residência, por exemplo. O que nestes casos sucede é aquilo que a propósito de outras situações tivemos já oportunidade de afirmar: a dependência face a terceiros. É a mesma ausência de autonomia que encontramos testemunhada nos Correios sempre que, por exemplo, incapazes de processarem a informação relativa aos instrumentos financeiros de poupança disponíveis, as pessoas se vêem na necessidade de recorrerem ao auxílio de um funcionário. Ou seja, ainda que a ausência de determinadas competências possa ser real, isso não impede que os sujeitos deixem de “resolver” eficazmente tarefas que lhes surgem como estranhas ou que não dominam. Mais do que o resultado final, o que parece estar aqui em causa é o processo; se por si só não conseguem resolver as situações, de imediato accionam estratégias alternativas.

Dito isto, não pretendemos, no entanto, afirmar, ou sequer sugerir, que tudo são campos de possibilidades ilimitadas. Obviamente que a ausência ou a fragilidade das competências associadas à literacia significam privações. Se a dependência é, desde logo, uma primeira limitação (pense-se a título meramente exemplificativo no que ela significa em termos de perda de privacidade), outras poderiam, igualmente, ser referidas. Mais, no entanto, do que enumerar as várias exclusões decorrentes de uma ausência de competências fortes em matéria de literacia (o que, aliás, se encontra feito ao longo de toda a abordagem empírica), o que se nos tem afigurado como fundamental é proceder a uma reflexão sistematizada em torno desta tensão que tem vindo a atravessar toda esta pesquisa: que significado tem a mobilização de recursos alternativos por relação a uma situação de ausência ou fragilidade de competências de literacia? O que entender por carências ou exclusões?

9.5. Breve reflexão conclusiva: reinterpretar o problema da literacia

Foi esta realidade, cruzada por dimensões, discursos, modos e lógicas subjacentes às relações com a literacia, que se nos deparou no contexto particular de Unhais da Serra. O que nos propusemos foi, num esforço de contextualização, apreender o sentido e os sentidos do uso de materiais escritos, no seio de dois grupos particulares: operários e pessoal dos cafés.

Partindo do pressuposto teórico de que a sociedade se configura como um espaço multidimensional, procurámos localizar as práticas accionadas pelos sujeitos na sua relação com o elemento escrito, no sentido de as perce-

ber e lhes restituir o seu significado próprio. Abordámos, por isso, relacionamentos sociais, interdependências, contrastes e condicionalismos, inscritos, por um lado, na posição social em que essas práticas são accionadas nas diferentes dimensões do espaço social, e, por outro, nas trajectórias pessoais delimitadas por expectativas, intenções e representações. Analisámos, assim, todo um conjunto de mediações estruturais que se cruzam nas relações entre socialização, acção, identidades e formas de dominação. Em suma, procurámos discernir esta dimensão cultural das relações com a literacia.

É no momento da conclusão de um trabalho que, normalmente, se espera que se dêem as respostas às interrogações e aos problemas que foram sendo equacionados ao longo do seu desenvolvimento. Para além de haver sempre, em todas as pesquisas, um conjunto significativo de problemas irresolúveis, aos quais pouco mais é possível de responder do que aquilo que está desde logo inscrito na génese da sua formulação, muitas das respostas foram já sendo dadas ao longo deste trabalho. Não dispensam, porém, estas considerações que, num momento em que se pretende estar a concluir uma reflexão, se proceda a uma leitura mais sistematizada e globalizante da problemática construída e desenvolvida ao longo desta pesquisa: a relação que operários e pessoal dos cafés estabelecem em Unhais da Serra com o universo da literacia.

Ao enunciarmos deste modo o nosso objecto de estudo fizemos, intencionalmente, da *relação* a dimensão central desta pesquisa. Ou seja, e como fomos explicitando ao longo do trabalho, a perspectiva que adoptámos foi, desde o primeiro momento, a de que só faz sentido definir a literacia quando situada num contexto e num enquadramento particulares. Recusámos assim um entendimento da literacia que fosse construído a partir da eleição de um conjunto de categorias estandardizáveis e supostamente universais, dispensando qualquer relativização decorrente da diversidade de contextos em questão. A pertinência desta perspectiva é, talvez, mais facilmente compreensível e defensável se formularmos a questão pela negativa. Afinal, quando, e como, é que se pode falar em iletrismo? Que critérios adoptar para dizer de alguém que é iletrado?

Quando estamos na presença de alguém que, de todo, não sabe ler nem escrever definimos facilmente essa pessoa como analfabeta. Analfabeta por relação a uma ausência completa de domínio da escrita e da leitura. Face, porém, à verificação das dificuldades de um grande número de pessoas em

mobilizar satisfatoriamente as competências da leitura e da escrita na resolução e na resposta a um conjunto de situações do domínio profissional, cívico ou doméstico, deu-se conta da pouca operacionalidade do conceito de alfabetização. Houve assim necessidade, como se explicou desenvolvidamente no início deste trabalho, em passar do conceito de alfabetização para o conceito de literacia. Ou seja, na literacia não está já só em causa a aquisição das competências de leitura e escrita, mas, fundamentalmente, a atenção passa a centrar-se no modo como estas são exercidas. E exercidas face às necessidades de uma realidade vivida e experimentada. Ao introduzir-se a exigência de entender e avaliar as competências por relação a contextos concretos, passa a ser incontornável o estudo desses mesmos contextos.

Para a construção da problemática do iletrismo concorreu também a convicção de que as sociedades modernas actuais são marcadas por uma transversalidade de situações que, com maior ou menor intensidade, se impõem a todos os indivíduos. Transversalidade decorrente da universalização da escrita como sistema primeiro de processamento da informação. Daí que o iletrismo seja apontado hoje como uma das dimensões mais importantes da exclusão social: o que está em causa são as possibilidades de participação na vida social daqueles que hoje evidenciam incapacidades de domínio da leitura e da escrita quando confrontados com as exigências da vida quotidiana.

Ainda que se afigure aqui uma contradição entre uma definição de iletrismo construída a partir dos contextos específicos de uso das competências da literacia e o afirmar a existência de um conjunto de exigências transversais que as sociedades modernas hoje formulam, só aparentemente essa contradição existe. Afirmar a abordagem da literacia por relação a contextos concretos (consideração, aliás, já inscrita na própria génese do conceito de literacia) não invalida tomar, por exemplo, a globalidade da sociedade portuguesa como um contexto concreto. Daí que o Estudo Nacional de Literacia, em que esta monografia está inserida, tenha decidido montar um dispositivo metodológico plural e diversificado nos seus instrumentos de avaliação das competências de literacia da população adulta portuguesa. A par da construção de testes de aplicação generalizada à população portuguesa, entendeu-se ser necessário realizar um conjunto de monografias que incidissem em grupos e contextos mais particulares, como, por exemplo, os operários têxteis e o pessoal dos cafés de uma vila do interior de Portugal.

Mas esta não foi apenas uma necessidade ditada por razões de ordem metodológica. Foi, antes de mais, o assumir, nas suas consequências práticas, a orientação teórica que desde o início presidiu a este projecto: a necessidade de observar no terreno, na realidade em que os indivíduos estão inseridos, os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana e o lugar que a cultura letrada ocupa nestes contextos socioculturais precisos.

Aqui chegados, entramos noutra dimensão desta problemática: o reconhecer que as competências da literacia, ainda que assumindo carácter de transversalidade, não deixam de se inscrever num determinado universo cultural, o universo da cultura letrada. E, como acontece com qualquer matriz cultural, esta tem uma história, uma construção social por trás de si. Ainda que se trate de uma dimensão que escapa ao objecto de estudo desta pesquisa, importa não ignorar esta realidade. Tanto mais quanto o nosso trabalho incidiu em dois grupos socioprofissionais inscritos no que habitualmente se designa por culturas populares; culturas populares às quais se faz tradicionalmente corresponder a oralidade como dimensão privilegiada nos processos comunicacionais, ou, mesmo, na construção e transmissão dos saberes; oralidade afirmada, aliás, enquanto traço distintivo das culturas populares e em contraposição à cultura erudita, à cultura letrada.

De facto, e como explicitámos atrás, também em Unhais da Serra nos foi possível testemunhar essa predominância da oralidade, como registo primeiro nas relações sociais que operários e empregados de café desenvolvem. Ainda que os usos e as competências da literacia não estejam completamente ausentes do quotidiano destes dois grupos sociais (lêem-se jornais, por vezes escrevem-se cartas, os filmes não deixam de ser vistos por causa das legendas, etc.), na generalidade, estas são efectivamente competências que se revelam frágeis num conjunto de situações diárias (lembre-se, por exemplo, a dificuldade em processar a informação escrita de tipo documental), perante as quais, no entanto, os indivíduos não ficam impossibilitados de agir, desenvolvendo, como vimos, estratégias alternativas, localmente produzidas, mas também, por isso, localmente limitadas.

Se nos contextos sociais em que se movem se torna possível transformar os recursos em poderes, mais difícil, porém, se afigura que esses mesmos recursos funcionem como poderes fora desses contextos. E, aqui, eis-nos de novo mergulhados na problemática da transversalidade das competências da literacia. É na tensão entre saberes e recursos localmente construídos e exer-

cidos, por um lado, e a fragilidade de saberes e competências exteriormente impostos, por outro, que ganha pertinência a interrogação que atravessa toda esta pesquisa: que significado atribuir à mobilização de recursos alternativos por relação a uma situação de ausência ou fragilidade de competências de literacia?

O facto é que no decorrer do processo de pesquisa se tornou incontornável a associação visível entre uma ausência ou fragilidade de competências de literacia e todo um conjunto de dependências, carências e exclusões.

A resposta a esta questão prossegue os pressupostos orientadores da nossa postura analítica: isto significa ter presente que considerámos, em primeiro lugar, um princípio fundamental, que é o do reconhecimento do valor das culturas, e em segundo, a ideia de que as competências e os usos que delas se fazem na relação com os materiais escritos só podem ser qualificados a partir dos campos de posições e relações sociais e em função dos critérios aí prevaletentes.

Assim sendo, antes de mais, assumimos que, do ponto de vista do reconhecimento do valor das culturas, todos os sujeitos e grupos sociais dispõem de recursos próprios. Depois, assumimos, ainda, que na medida em que estão inscritos num espaço social diferenciado, todos esses recursos são socialmente condicionados. E, neste sentido, os recursos são entendidos enquanto “trunfos” culturais que se jogam, conforme ilustra Santos Silva, em “espaços que se organizam segundo hierarquias que estão elas próprias na origem da distribuição ao longo dos espaços das propriedades construídas e reconhecidas como recursos necessários ou favoráveis para tr(i)unfar nelas, numa circularidade que assegura, em situações de rotina, a reprodução social, mas nunca assegura em absoluto, precisamente porque os actores dispõem de níveis mínimos de recursos para propor outras regras e hierarquias de jogo”²⁶.

Perante tudo isto, em resumo e para concluir, trata-se de “transportar” para esta nossa análise particular a reflexão desenvolvida por Jack Goody, a propósito das consequências da introdução da escrita para os modos de comunicação e de produção do pensamento: “Qualquer sociedade, começando pelas iletradas, conhece actividades intelectuais criativas e elabora culturas complexas dinâmicas e abertas”²⁷.

²⁶ Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pp. 62-63.

²⁷ Jack Goody, *op. cit.*, p. 90.

Como argumentámos, considerando o reconhecimento do papel central do escrito, assume-se que é a partir das práticas de leitura e escrita que as relações sociais se organizam e reorganizam, num espaço de relações de dominação construído a partir da afirmação de competências culturais legitimadas e socialmente valorizadas. É, precisamente, nesta polarização construída a partir da centralidade da codificação, armazenamento e distribuição de recursos através da escrita que temos de “localizar” a tensão que questionávamos. Ou seja, é nela que a mobilização de recursos alternativos por relação à ausência ou fragilidade de competências de literacia ganha um significado de exclusão ou dependência. Desmontar esse sentido é reconhecer aqueles mesmos recursos enquanto “trunfo criativo” resultado de uma dinâmica inerente à construção de relações de força e de dominação cultural.

É a partir de uma interpretação que problematiza este contexto de construção cultural que temos vindo a prosseguir o objectivo principal definido para a concretização das monografias pelo Estudo Nacional de Literacia: ilustrar os modos de relação com a literacia nas situações da vida quotidiana de operários e trabalhadores dos cafés e o lugar que aí detém a cultura letrada.

Ao longo do processo interpretativo foi-nos parecendo evidente que, de facto, os contornos que assume a relação com os materiais escritos, nos operários e pessoal dos cafés, são atravessados por aquela tensão, que podemos retraduzir da seguinte forma: se, por um lado, fica evidente que as competências de literacia atravessam as dimensões da vida quotidiana destes grupos, fica também claro que, no que respeita a esta relação com materiais escritos, os usos que os sujeitos accionam limitam-se, praticamente, ao estritamente necessário, face às exigências com que se confrontam. Por outras palavras, se quisermos, lêem pouco, escrevem o essencial e calculam o necessário. Assim, se é verdade que, de uma forma geral, são capazes de ler ou de perceber a importância do que é processado formalmente de forma escrita, elaborando interpretações e tomando resoluções acerca dos respectivos conteúdos, também é verdade que nessa apropriação se revelam fragilidades, carências e dificuldades diversas, na manipulação das técnicas de comunicação escrita.

Perante esta realidade, e face à ideia de que a capacidade de processamento de informação para usar materiais escritos constitui condição fundamental para o desempenho nas diferentes dimensões da vida quotidiana, a que conclusão podemos chegar, relativamente à situação de operários e pessoal dos cafés?

A abordagem produzida em torno do problema do iletrismo tem vindo a demonstrar que este se revela enquanto manifestação complexa de múltiplas causas, profundamente enraizado na dinâmica social e cultural; assim, tem sido entendido enquanto problema complexo cuja definição deriva de diferentes condições, de acordo com os diferentes grupos e comunidades.

Deste modo, avança-se que qualquer definição de literacia precisa de ser especificada situacionalmente, isto é, deriva das condições pertinentes a uma realidade particular, não podendo, por isso mesmo, ser generalizada. Em suma, trata-se de definir uma determinada situação de iletrismo por relação a contextos específicos. Contextos específicos, porque cruzados por vectores culturais diferenciados, por processos e práticas culturais distintos, por construções culturais próprias.

Sendo assim, se queremos examinar o problema da literacia que aqui se revela, no contexto particular de Unhais da Serra, temos de examiná-lo enquanto dimensão de uma cultura. E se esta dimensão revela o “desprezo” ou desinteresse pelo uso do escrito, então, tem de ser entendida enquanto fenómeno de iletrismo cultural. Em relação à situação que aqui tratamos, temos de proceder, ainda, a um outro esclarecimento: face ao que se nos depara, não é tanto a incapacidade de mobilizar as competências da literacia num nível determinado como necessário no seu meio que está em causa, mas antes o modo como se percebe que, no envolvimento comunitário, o uso do escrito se revela pouco presente ou importante; o que está em causa é uma situação em que a literacia não é esperada.

Parece-nos estar, agora, mais claro o significado da mobilização que estes grupos fazem de recursos alternativos, por relação a uma situação de fragilidade de competências de literacia: estamos num contexto em que a literacia não é valorizada, não é encarada como necessária; não desempenha um papel importante nas experiências de vida passada e nas aspirações em relação ao futuro.

Senão vejamos: meios familiares claramente marcados por situações de dificuldades financeiras, em que o investimento na aprendizagem e na escola revela um duplo constringimento, pelas dificuldades financeiras com que se confrontam e pela desvalorização que apercebem do seu currículo escolar na vida activa; relações contraditórias e conflituais com o ambiente escolar onde se debatem constantemente com os princípios de uma cultura que veicula conhecimentos por meios e formas que lhes estão distantes; vida profissional

onde, para além do estritamente necessário à mecânica diária do seu desempenho, pouco lhes é exigido no que às competências de literacia se refere, e onde se revela a ausência de um qualquer processo motivador de desenvolvimento dessas mesmas competências; informação, comunicação, pela oralidade, sobretudo, porque são os traços de uma cultura vincadamente oral e popular que é o pano de fundo das suas experiências de vida: um cenário em que se verifica, sobretudo, como elucida Richard Hoggart, não os efeitos da imprensa de grande difusão, da televisão ou da rádio, mas antes, “(...) a influência praticamente nula desses fenómenos sobre a linguagem do dia-a-dia (...)”²⁸, que se inspira continuamente na tradição oral e local. Aqui o que salta à vista, o elemento essencial, é esse sentido do concreto, do local, do pessoal. É esta tradição profundamente enraizada que atravessa as relações que operários e pessoal dos cafés desenvolvem com a literacia, e é nela que ganha sentido a ausência ou desvalorização da importância da literacia... Literacia? Algo que não é esperado... competências transversais aos desempenhos sociais na pluridimensionalidade de um espaço mas fragilizadas porque contextualizadas na construção de uma cultura oralmente e localmente produzida.

Mas se o objectivo desta monografia era, sobretudo, ilustrar os modos de relação com materiais escritos, para, assim, pela apreensão dos contornos que, nos contextos e grupos sociais analisados, assume o fenómeno da literacia, explicitar as causas e lógicas sociais que lhe são subjacentes, não podemos deixar, ainda, de reflectir sobre as implicações mais profundas de uma situação como a que descrevemos.

De facto, surge-nos uma interrogação: que consequências se identificam numa situação em que a literacia não é esperada ou valorizada? Enfim, porque é que a literacia e o a mobilização das suas competências é tão importante e mesmo fundamental ao funcionamento das sociedades modernas?

David Harman responde concretamente a este problema, rejeitando, desde logo, a visão simplista de que a literacia constitui apenas como que um conjunto de “pré-requisitos” úteis ao desempenho no espaço económico e social. Para este autor, a importância da literacia revela-se no acesso a uma autonomia mais profunda, que é a da liberdade e dos valores democráticos, a da preservação da memória e história humanas, a da capacidade de indagar

²⁸ Richard Hoggart, *The Uses of Literacy*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (ed. orig. 1957).

e aprofundar o conhecimento, a da invenção e inovação, a da troca de pensamentos e ideias através do espaço e do tempo. Em suma, algo que constitui uma força vital no desenvolvimento humano: guiando-se pela acumulação e sistematização do conhecimento passado, permite avançar em direcção ao futuro²⁹.

Afirmar tal postura não será, tal como nós a percebemos, afirmar uma qualquer distinção valorativa do escrito por relação ao oral; será apenas reconhecer e assumir as possibilidades desbravadas por todo um conjunto de caminhos que o domínio das competências de literacia permite percorrer. Assumir tal convicção é denunciar que, paralelamente a todas as exclusões, dependências e desigualdades firmadas na hierarquia sociocultural, se constrói esta exclusão fundamental: a do desenvolvimento das sociedades humanas!

²⁹ David Harman, *Illiteracy: a National Dilemma*, New York, Cambridge Books, 1987.

